



ATA DE REUNIÃO INMETRO

Identificação da Reunião

Página 1 de 10

PLENÁRIA 1º CICLO DE 2015

Início: 19/05/2015

Término: 21/05/2015

Local: Aracaju – SE

Presentes:

Conforme lista de presença

Ausentes Justificados:

Não houve

Redator:

Bruna Lelli Pamplona – Coordenação Geral da RBMLQ – I

Documentos Distribuídos:

- Calendário de eventos 2015 – 2º Ciclo
- Cronograma de Planejamento
- Orientações de cortes para a RBMLQ – I

Assuntos Tratados

A reunião foi iniciada pelo Dr. José do Patrocínio, Presidente do ITPS – SE, que deu boas vindas a todos e destacou ser uma grande honra sediar a Reunião Plenária 1º Ciclo de 2015.

Dr. Omer Pohlmann Filho, Coordenador Geral da RBMLQ – I, tomou a palavra e destacou a importância da realização desta reunião, evidenciando o momento atual.

A palavra foi passada ao Dr. Oscar Acselrad, Presidente do Inmetro, substituto, onde relatou as sucessivas reuniões que estão sendo realizadas em Brasília, junto ao Ministério, visando sensibilizar os principais atores nas questões orçamentárias. Destacou a importância de se ultrapassar o período de ajuste fiscal.

Informou que há alguns investimentos que não podem ser cortados, pois gerarão mais despesas. Falou acerca do concurso público do Inmetro, relatando que está sendo feito um planejamento para ser executado após o período de ajustes.

Destacou a necessidade de se atentar para a redução de gastos e chamou atenção para a obtenção dos resultados, destacando o engajamento de toda força de trabalho.

Informando que o Inmetro já está executando drásticas restrições, destacou que houve uma redução de diárias e passagens em 2015, comparando com o ano de 2014, de 60%.

Falou que o programa de bolsas do Inmetro sofrerá uma redução de 20%, onde, atualmente, atuam 400 bolsistas que trazem competência e visão estratégica para o futuro.

Falou, ainda, que a mão de obra terceirizada será consideravelmente reduzida, através de um levantamento de prioridades.

Acordou-se que após a definição do orçamento será realizada uma reunião dos Dirigentes da RBMLQ – I com o Presidente João Jornada.

Destacou a boa gestão o excelente desempenho do Inmetro e da RBMLQ – I, informando que o Inmetro poderá ajudar o ministério nas questões de monitoramento de gastos públicos, através do SGI.

Esclareceu que o acesso à Secretaria do Tesouro Nacional é complicado, porém, após o Inmetro demonstrar o trabalho executado pelos Órgãos Delegados, a Secretaria do Tesouro Nacional se tornou um grande aliado do Inmetro.

Informou que em função de uma conversa com o ministério, os recursos para pagamento de pessoal dos Órgãos Delegados, a partir de 2016, não sofrerão contingenciamento.

Acerca do estudo sobre o reajuste das taxas, informou que se resolveu incluí-la em uma medida provisória que está sendo preparada.

Destacou que o ministério reconhece a importância do Inmetro e que atualmente se possui uma interlocução com os principais agentes do governo, o que anteriormente, não era trivial.

Dr. Randerson Leal, Dirigente do Ibametro, perguntou sobre a manutenção da folha de pagamento e sugeriu que o Inmetro informe o que deve ser cortado.

Dr. Oscar Acselrad esclareceu que os cortes não estão sendo realizados por linearidade, chamando a atenção da importância de se verificar o que é mais relevante.

Ressaltou a importância de se colocar as equipes para atuar na rua e esclareceu que ainda não há uma definição acerca do orçamento para investimentos.

Dr. Omer Pohlmann Filho informou que a Cored entregará um trabalho sobre proposta de corte em linhas gerais e não lineares aos Órgãos Delegados. Solicitou que todos respondam este trabalho com brevidade, ressaltando a importância do envio destas respostas para a próxima reunião com o Presidente do Inmetro.

Dr. Marcos Aurélio Lima, Diretor de Administração e Finanças do Inmetro, falou acerca da priorização de recursos para pagamento de pessoal.

Dr. Clovis Volpi, Dirigente do Ipem – SP, informou que os cortes do Ipem – SP serão dados na atividade meio e perguntou se pode contar com o mesmo recurso que obteve em 2013. Dr. Omer Pohlmann filho esclareceu que o orçamento será redefinido para que as atividades finalísticas sejam mantidas.

Dra. Camila Herzog Koch, Superintendente da SURRS, registrou que é inegável o esforço do Inmetro junto ao governo federal e perguntou se há alguma orientação da Dconf e da Dimel para execução das atividades que envolvem diárias e perguntou, ainda, sobre a possibilidade de prorrogação da validade de registros.

Assuntos Tratados

Página 3 de 10

Sr. Maurício Evangelista, Diretor de Metrologia Legal, Substituto, esclareceu que, para alguns instrumentos, é impossível prorrogar a validade dos registros. Dr. Alfredo Lobo, Diretor de Avaliação da Conformidade do Inmetro, destacou que a orientação é não prorrogar, mas se a verificação de acompanhamento não for realizada, por culpa do Inmetro, a empresa não será penalizada, ressaltando que, com esta decisão, está se assumindo um grande risco. Dr. Omer Pohlmann Filho esclareceu que está se trabalhando com priorização de atividades e se a situação for crítica haverá a liberação de recurso para diária.

Dr. Geraldo Carvalho, Dirigente do Inmeq – MA, perguntou o porquê do governo confiscar o recurso que é do Inmetro. Dr. Oscar Acelrad explicou que como a arrecadação é realizada através de pagamento de taxas, é caracterizado como imposto, portanto, é recurso federal.

Dr. Elmis Mannrich, Dirigente do Imetro – SC, registrou que todos os contratos do Imetro – SC foram revistos e registrou, ainda, que a arrecadação tem crescido.

Dr. José do Patrocínio destacou que, mesmo com todos os problemas, houve um crescimento da RBMLQ – I, chamando atenção para a necessidade de justificativas fortes para se conseguir recurso junto ao ministério. Dra. Camila Herzog Koch esclareceu o crescimento da RBMLQ – I se deu devida à gestão da crise, destacando que os roteiros foram invertidos, visando atuar nas sedes e capitais. Dr. Omer Pohlmann Filho destacou que estes roteiros estão se esgotando.

Dr. Arthur Bomfim, Dirigente do Imeq – PB, apontou que o Inmetro sempre realizou seus repasses para a Paraíba.

Dr. Marcio André Brito, Dirigente do Ipem – AM, esclareceu que entenda a situação que o país está vivendo, mas registrou que o estado do Amazonas tem uma peculiaridade: alguns municípios que não possuem acesso via terrestre.

Dr. Fernando Sette, Dirigente do Ipem – MG, falou da importância do planejamento ser reinventado.

Dr. Oscar Acelrad informou que estudos de cenários de custos de capital foram realizados e encerrou seu espaço ressaltando a necessidade de precisão e transparência.

O Espaço Diraf foi iniciado e Dr. Marcos Aurélio Lima apresentou o orçamento de 2015, destacado o que foi aprovado na LOA.

Evidenciou a necessidade de se ter gastos coerentes, ressaltando que ainda não se tem conhecimento do tamanho do corte.

Explicou que a receita no período de janeiro a abril de 2015, na fonte 250, alcançou R\$ 256,6 milhões, superando em 8% à arrecadação no mesmo período de 2014. Registrou que a previsão de arrecadação para o exercício de 2015 é de R\$ 820 milhões, na fonte 250.

Dr. José do Patrocínio chamou atenção para a diferença entre arrecadação e crescimento, sinalizando o passivo que é devido.

Dr. Rubens Camargo, Dirigente do Ipem – PR, perguntou se o reajuste da tabela de taxas é legal para o ano de 2015 e Dr. Marcos Aurélio Lima esclareceu que o reajuste é apenas para 2016, destacando que é importante o cumprimento do cronograma de trabalho.

Dr. Raul Machareth Godinho, Chefe da Divisão de Planejamento e Orçamento do Inmetro, explicou que quando há um contingenciamento o recurso fica retido na conta do Inmetro. Este dinheiro fica em caixa, mas temos dificuldade de trazermos para o ano corrente.

O Espaço Profe foi iniciado e a Dra. Dayse Albuquerque, Procuradora – Chefe, que destacou a cobrança de taxas em serviços metrológicos no caso de balanças utilizadas em unidades de saúde pública e em farmácias como cortesia, citando a lei 9933 de 1999, alterada pela lei 12.545 de 2011.

Chamou atenção para o Artigo 5º que fala que “As pessoas naturais ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, que atuem no mercado para prestar serviços ou para fabricar, importar, instalar, utilizar, reparar, processar, fiscalizar, montar, distribuir, armazenar, transportar, acondicionar ou comercializar bens são obrigadas ao cumprimento dos deveres instituídos por esta Lei e pelos atos normativos expedidos pelo Conmetro e pelo Inmetro, inclusive regulamentos técnicos e administrativos”.

Abordou o Artigo 11, onde registrou que “É instituída a Taxa de Serviços Metrológicos, que tem como fato gerador o exercício do poder de polícia administrativa na área de Metrologia Legal pelo Inmetro e pelas entidades de direito público que detiverem delegação”.

Falou sobre o Parecer nº 38/2011/DIGEVAT/CGCOB/PGF, que sua emenda trata de taxas de serviços metrológicos, onde destacou a conclusão: “A UFRGS, até por sua conformação jurídica, não exerce os serviços e as atividades referidos no art. 5º da Lei nº 9.933/1999, e no âmbito exigido pelo tipo legal, o mercado, ao qual é alheia a atuação institucional da entidade, razões pelas quais não está sujeita aos deveres impostos pela legislação do Inmetro; Consequentemente, a UFRGS não reveste a condição de sujeito passivo da taxa de serviços metrológicos do Inmetro, para cuja configuração, de acordo com o artigo 11 da Lei 9.933/1999, é necessário o exercício das atividades listadas no artigo da Lei 9.933/1999 no âmbito do mercado; Não havendo um enquadramento das atividades exercidas pela UFRGS nos tipos legais previstos nos artigos 5º e 11º da Lei nº 9.933/1999, não há amparo legal para que lhe seja cobrada a taxa de serviços metrológicos do Inmetro, inteligência que se aplica às demais universidades públicas federais.”

Acerca do Parecer nº 167/2011/NOEJ/DEPCONT/PGF/AGU, cuja emenda fala da divergência entre a Procuradoria Federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Procuradoria Federal do INMETRO, Serviços Metrológicos, Cobrança da Taxa de Fiscalização e atividades listadas no artigo 5º da Lei 9933/99 – Não atuação no mercado, explicou que a conclusão é: “conforme observado no Parecer nº 38/2011/DIGEVAT/CGCOB/PGF, as atividades da UFRGS não se enquadra, nos tipos legais previstos nos artigos 5º e 11 da Lei 9933/99, não havendo amparo legal para cobrança de taxa de serviços metrológicos do Inmetro”.

Dando prosseguimento, destacou que a jurisprudência do STJ e os pareceres da Procuradoria Geral Federal firmaram entendimento no sentido de que a Taxa de Serviços Metrológicos, decorrente do poder de polícia do Inmetro em aferir a regularidade de balanças, visa a preservar as relações de consumo, sendo imprescindível verificar se o equipamento objeto de aferição é essencial ou não à atividade desempenhada pela instituição/empresa, concluindo que no caso de balanças de farmácia

não se deve realizar a verificação e no caso de clínicas populares e hospitais a atividade deverá ser realizada como fiscalização e não como verificação.

Dr. Marcio Andre Brito sugeriu que a Profe envie um documento aos Órgãos Delegados com a devida orientação. Dr. Omer Pohlmann Filho esclareceu que a Dimel já enviou uma orientação, mas abordava apenas as balanças de farmácia. Dr. Camila Herzog Koch sugeriu o bloqueio desta cobrança no coletor e Dr. José Carlos Brandes, Diretor de Informática da SURRS, informou que se pode bloquear o tipo de estabelecimento, ficando acordado que este mecanismo será implantado no coletor.

Dr. José do Patrocínio registrou que os entes públicos querem que seu instrumento tenha o selo do Inmetro, registrando que isto é uma garantia. Sr. Mauricio Evangelista sugeriu que se use o selo de verificação voluntária, mas a sugestão não foi acatada.

Dr. Fernando Sette registrou a necessidade de se ter um amparo legal para a realização da atividade sem execução da cobrança e Dr. Omer Pohlmann Filho sugeriu que se encaminhe uma proposta de alteração da lei, ficando acordado que a Dra. Dayse Albuquerque encaminhará a proposta.

Dr. Rubens Camargo perguntou se a proibição está em efetuar a cobrança ou em verificar e Dr. Omer Pohlmann Filho esclareceu que o proibido é efetuar a cobrança, portanto, aquele que exigir o selo deverá realizar o pagamento.

Foram abordados os assuntos acerca dos parcelamentos e descontos na alçada do Inmetro, registrando que os pedidos são encaminhados para a Procuradoria.

Referente à dupla visita, Dra. Dayse Albuquerque registrou que a Dconf está editando uma portaria e a Dimel está revisando a que já existe no âmbito da metrologia legal. Dr. Omer Pohlmann Filho informou que será necessário um prazo para adequação do sistema.

Finalizando, acordou-se que a Profe junto com a Dconf e a Dimel formularão o texto final.

Dr. Omer Pohlmann Filho iniciou a apresentação da Cored falando sobre a proposta de reajuste da taxa de serviços, onde esclareceu que o trabalho foi baseado no GPDI e no IPCA, visando um aumento de 37%.

Apresentou os gráficos comparativos de evolução da receita estratificada da RBMLQ – I e dos estados, separadamente, chamando atenção para o índice de serviços metrológicos.

Destacou o relatório de composição do crescimento da receita e o ranking da evolução da receita dos anos de 2011 a 2015.

Apresentou os percentuais estatísticos de bomba e balança e os percentuais de verificação nas capitais.

Falou sobre o SIMCS – Sistema de Monitoramento da Cobertura de Serviços aa RBMLQ – I, esclarecendo que é uma grande ferramenta de gestão.

Assuntos Tratados

Página 6 de 10

Informou que o SIMCS visa identificar o universo das empresas sujeitas a atuação da RBMLQ – I, revelar o índice de cobertura dos serviços realizados pela RBMLQ – I e fornecer o endereço de empresas que não estão sendo visitadas.

Acerca da ferramenta de gestão, o SIMCS revela as áreas geográficas e setores econômicos menos atendidos, fornece informações para ajudar a quantidade e a distribuição da força de trabalho finalística, fornece referências para estabelecer indicadores e metas coerentes com a demanda e localiza estabelecimentos sujeitos a verificação metrológica e a fiscalização de produtos.

Foi apresentado o calendário de reuniões do Ciclo de relacionamento da RBMLQ – I e o Dr. Omer Pohlmann Filho destacou as alterações no planejamento e informou que terá um nível de maior detalhamento.

Acerca sobre a reunião de Alinhamento para o planejamento do Quadriênio 2016 a 2019, Sr. Marcelo Ladeia, Diretor Técnico do Ipem – ES, sugeriu que seja realizada uma videoconferência com as devidas orientações. A sugestão foi acatada.

Dr. Omer Pohlmann Filho apresentou a nova metodologia e entregou-se o relatório de ajustes orçamentários, destacando que os casos foram analisados separadamente.

Dr. Marcos Aurélio Lima ressaltou que as orientações deverão ser seguidas e Dr. Omer Pohlmann Filho afirmou que a especificidades de cada estado foram respeitadas e que a Cored aguardará a manifestação de cada um.

Dr. Clovis Volpi registrou a importância dos Órgãos Delegados confiarem no Inmetro, destacando que é preciso se fazer valer o que é acordado. Dr. Marcos Aurélio Lima registrou que este relatório é uma ação preventiva e Dr. Omer Pohlmann Filho ressaltou que a redução nas despesas impactará também na receita.

Dr. José do Patrocínio pergunta sobre a proposta de redução, onde Dr. Omer Pohlmann Filho registrou que se deseja efetuar uma redução de 24% em relação ao ano de 2013 e 29% em relação ao ano de 2014.

Dr. Pedro Paulo de Carvalho Neto, Dirigente do Ipem – PE, destacou que já está realizando o contingenciamento em seu estado, chamando atenção para as multas acerca de rompimento contratual.

Dr. Omer Pohlmann Filho encerrou sua apresentação entregando o material com a sugestão de redução de despesas para a RBMLQ - I.

Dr. José Carlos Brandes, Diretor de Informática da SURRS, falou sobre a visão geral do SGI e destacou a estrutura de dados da RBMLQ – I.

Apresentou as demandas atuais e chamou atenção para a importância da utilização contínua dos módulos administrativos.

Informou que novos treinamentos para o módulo de compras serão gravados e destacou que será realizada uma videoconferência para instruções de uso.

Falou acerca das travas existentes no sistema, de acordo com as atividades, visando penalização.

Referente à sistemática do trabalho em campo, informou que se deseja qualificar o processo e aumentar o tempo de permanência em campo.

Falou sobre a assinatura direta no coletor, onde não é mais necessário escanear e falou, ainda, sobre a utilização do PSIE.

Mostrou o pré-quadro demonstrativo de penalidades e abordou os principais benefícios dos recursos para processos virtuais.

Dr. Marcos Aurélio Lima registrou que em reunião com o secretário executivo do governo foi destacada a carência de ferramenta de gestão para o governo. Falou que o SGI é uma ferramenta robusta que permite a visualização de cenários para tomadas de decisões.

Sr. José Lobo Filho, Diretor Técnico do Ipem – Fort, perguntou sobre o procedimento de verificação inicial de balança rodoviária e Dr. José Carlos Brandes registrou que o agendamento será realizado pelo PSIE.

Finalizando sua fala, Dr. José Carlos Brandes, abordou o cenário atual dos protestos.

Dr. Marcio Ribeiro Paiva iniciou sua apresentação abordando a capacitação da RBMLQ – I. Dr. Omer Pohlmann Filho registrou que o módulo 1 do curso de agentes metrológicos foi finalizado e sugeriu que os Dirigentes façam este módulo, para conhecimento.

Dr. Marcio Ribeiro Paiva, dando prosseguimento, apresentou o resumo dos treinamentos realizados no primeiro semestre de 2015 e informou que o curso de formação de agentes fiscais está previsto para ser realizado no segundo semestre de 2015 e está passando por revisão de conteúdo.

Acerca do curso de formação em Metrologia Legal, Dr. Marcio Ribeiro Paiva registrou que não é permitida a atuação do técnico sem a devida formação.

Sobre o módulo de integração dos novos dirigentes, Dr. Omer Pohlmann Filho destacou a importância de todos acessarem.

Finalizando, Dr. Marcio Ribeiro Paiva apresentou o calendário de treinamentos para o segundo semestre de 2015, ressaltando que as demandas presenciais serão analisadas caso a caso.

O espaço Dconf foi iniciado e o Dr. Alfredo Lobo falou sobre as novas metodologias de fiscalização, chamando atenção para a necessidade de internaliza-las.

Ressaltou a importância da modernização na área de planejamento e monitoramento e destacou o elevado número de produtos irregulares, proporcionados pela economia globalizada.

Acerca do monitoramento de mercado, apontou a importância de não se limitar em verificar se o produto possui selo e esclareceu que é preciso desenvolver ações de acompanhamento de mercado. Sobre fiscalização técnica, falou sobre o deslocamento das ações de fiscalização do varejo para as redes de distribuição.

Assuntos Tratados

Página 8 de 10

Dr. Omer Pohlmann Filho registrou que será distribuído aos Órgãos Delegados pontes de resistência, visando intensificar as ações. Dr. Alfredo Lobo esclareceu os valores das multas no SGI estão sendo alteradas e Dr. José Carlos Brandes informou que os valores serão implementados até o final do mês de maio/2015.

Referente à implantação de laboratórios, informou que será feito um planejamento, solicitando aos estados que informem a Dconf a real necessidade e capacidade produtiva.

Destacou o constante crescimento de produtos eletrônicos, ressaltando que é preciso atentar para esta demanda. Registrou que há produtos banidos pelo Inmetro que estão sendo comercializados pelo comércio eletrônico.

Visando aproveitar a oportunidade de não deslocamento, acordou-se que a Dconf encaminhará documento orientativo aos Órgãos Delegados com instruções de fiscalização em comércio eletrônico.

Luciana Boni, Diretora Técnica da AEM – MS, informou que foi orientada em fiscalizar apenas os produtos que possuem o IP do estado.

Acerca de produtos hospedados no exterior, Dr. Alfredo Lobo informou que está sendo elaborado um documento orientativo.

Falou sobre implantação assistida, destacando o ciclo de confiança na conformidade e destacou as fases de implantação do Programa de Avaliação da Conformidade.

Explicou que os Órgãos Delegados podem prestar apoio à micro e pequena empresa e aproveitar a oportunidade para auxiliarem o Inmetro na articulação com as mídias locais, na articulação com o setor produtivo, entre outros.

Sobre os novos procedimentos de fiscalização, abordou as diretrizes gerais, os documentos a serem emitidos, a forma de atuação e a abordagem.

Falou sobre os procedimentos de ensaios de fiscalização técnica, destacando a metodologia, a amostragem e os critérios de aceitação e rejeição.

Dr. Randerson Leal perguntou sobre a divulgação dos atos e Dr. Alfredo Lobo explicou que se deve dar visibilidade a empresa que não foi penalizada, mas a ideia é divulgar tanto a não penalizada quanto a penalizada.

Dr. Geraldo Carvalho, Dirigente do Inmeq – MA, chamou atenção para as consequências sociais de divulgar as empresas que sofreram penalização, mas Dr. Alfredo Lobo esclareceu que o correto é ser transparente e divulgar.

Dr. José do Patrocínio solicitou que seja enviada uma orientação acerca dos critérios de divulgação das empresas não conformes, destacando a importância de se ter um amparo jurídico para esta ação.

Dr. Paulo Renato Rodrigues, Dirigente do Ipem – ES, perguntou se cabe ao Inmetro / Rede denunciar as empresas não conformes ao Ministério Público e a Delegacia do Consumidor e Dr.

Assuntos Tratados

Página 9 de 10

Alfredo Lobo explicou que o Ministério Público só é acionado em casos drásticos, mas na maioria das vezes a situação é resolvida pelo Inmetro.

Finalizou sua apresentação deixando os contatos da Diretoria de Avaliação da Conformidade.

O Espaço Dimel foi iniciado e o Sr. Mauricio Evangelista falou sobre a medição da distorção econômica nos setores de água e energia elétrica no Brasil.

Destacou que considerando as medições agregadas dentro de uma cadeia produtiva, elas podem representar cerca de 50% do PIB de um país.

Ressaltou que a água e a energia elétrica são insumos vitais para a produção de produtos e manutenção de qualquer cadeia produtiva.

Registrou que há uma perda de 40% de água no total produzido pelo Brasil e que o preço apresenta uma tendência crescente, reforçando a necessidade de diminuição de perdas, as quais geram desperdícios não mensuráveis, devido à distorção entre a medição e o que realmente está sendo disponibilizado.

Destacou que atualmente não é realizado um controle subsequente nos medidores de água e energia elétrica e que se tem 85,35% dos instrumentos de medição regulamentados em uso no país.

Apresentou o gráfico de infraestrutura da RBMLQ – I (pessoal X equipamentos) e o cronograma e atividades para 2015 e 2016, destacando a articulação com os Órgãos Delegados e levantamento da infraestrutura laboratorial.

Aproveitando a oportunidade, Dr. Rubens Camargo perguntou sobre a regulamentação de parquímetro. Sr. Maurício Evangelista informou que está na fase de estudo de impacto.

Sra. Julieta Simas, Ouvidora – Chefe do Inmetro, iniciou seu espaço apresentando os resultados da pesquisa de satisfação das ouvidorias da RBMLQ – I.

Explicou que participaram da Pesquisa o Ipem – SP, a SUR-RS, Ipem – PR, o Ibametro e o Imetro – SC e que a pesquisa visava medir o acesso, a qualidade no atendimento, a qualidade da resposta e o tempo, apresentando o gráfico comparativo entre as ouvidorias pesquisadas.

Dr. Rogério Fernandes, auditor – chefe do Inmetro, iniciou sua apresentação ressaltando a importância de todos lerem e entenderem as cláusulas do convênio de cooperação técnico administrativa.

Destacou que o relatório de auditoria tem o objetivo de auxiliar no regimento das relações e solicitou que todos leiam os últimos relatórios de auditoria, ressaltando a importância de solucionar as não conformidades.

Esclareceu que os sistemas utilizados pela RBMLQ – I também são auditados, informando que os estados podem receber solicitações de auditoria a distancia.

Esclareceu, ainda, que o trabalho da auditoria está em conjunto com o Cored, através do Plano de Aplicação.

Assuntos Tratados

Página 10 de 10

Comentou sobre as alterações na forma do trabalho da audin, informando que os estados que passaram por auditoria no exercício anterior, ainda estão recebendo os relatórios.

Dr. Clovis Volpi destacou que não possui o hábito de auditar e perguntou se é obrigatória a auditoria própria. Dr. Rogerio Fernandes registrou a importância de ser trabalhado o controle interno, mas o convênio não obriga não obriga.

Dr. Alfredo Lobo registrou que a Dconf não está, momentaneamente, fazendo auditorias, pois em função do contingenciamento, não vê necessidade de deslocar dois profissionais.

Dr. Rogério Fernandes agradeceu a atenção e encerrou sua apresentação.

A palavra foi passada para o Dr. Omer Pohlmann Filho que apresentou o calendário de reunião para o 2º semestre de 2015 e confirmou os locais de realização das reuniões regionais.

Solicitou que seja informado à Cored o responsável pela organização de cada reunião regional para que as devidas orientações sejam enviadas.

Registrou que a Plenária do 2º Ciclo de 2015 será realizada em Bento Gonçalves – RS, em conjunto com o Congresso Metrologia 2015 e aproveitou para estimular a participação de todos no referido congresso.

Acordou-se que uma reunião com o presidente do Inmetro, Professor João Jornada, apenas para os Dirigentes Máximos, será realizada em junho de 2015 e, posteriormente, o calendário foi aprovado.

O Espaço Rede foi iniciado e o Dr. Rubens Camargo apresentou a Política de Remuneração de Pessoal – Bônus de Desempenho.

Abordou a base legal e explicou que o Bônus de Desempenho tem por finalidade, o alcance de objetivos funcionais e operacionais, vinculados as atividades meio e fim da Autarquia, em todas as áreas do órgão nas quais estejam lotados servidores do IPEM/PR e será concedido de acordo com os resultados das avaliações de desempenho individual e de desempenho institucional.

Dr. Alfredo Lobo pediu a palavra para falar sobre regulamentação de autopeças.

Explicou que de acordo com a lei, é função do Inmetro fiscalizar. Porém, há uma dificuldade em desenvolver um trabalho de fiscalização, pois se pode virar um reservatório de sucatas.

Dr. Omer Pohlmann Filho encerrou a reunião, onde agradeceu o envolvimento e contribuição de todos.